



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023081485 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do juízo da 3ª Vara Mista da Comarca Sousa, requisitando pagamento de honorários em favor de Alisson Barreto Fernandes, para realização de perícia no processo 0806023-54.2021.8.15.0371, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, em face de RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA

Data da Autuação: 19/05/2023

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



Número: **0806023-54.2021.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **08/11/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.100,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|-----------------|
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE) | | | |
| RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA (REQUERIDO) | | MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO) | |
| FRANCISCA MARCIA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 51670624 | 23/11/2021 09:47 | Decisão | Decisão |
| 73471720 | 18/05/2023 11:22 | Decisão | Decisão |
| 73514445 | 19/05/2023 09:27 | Ofício (Outros) | Ofício (Outros) |



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

INTERDIÇÃO (58) 0806023-54.2021.8.15.0371

DECISÃO

Vistos, etc.

O Ministério Público ingressou com Ação de Interdição e Curatela em face de Raimundo Wanderely da Costa, também qualificado(a), tendo pleiteado a curatela provisória, indicando para o seu exercício Francisca Márcia Costa, que é filho(a) do(a) interditando(a).

Afirma que o(a) interditando(a) não possui aptidão mental e a pessoa indicada para exercer a curatela é aquela melhor atende os interesses do(a) incapaz.

Diz, ainda, que o(a) interditando(a) recebe benefício previdenciário/assistencial necessita de representação junto ao órgão pagador, além de possuir patrimônio.

Juntou procedimento administrativo extrajudicial de nº 046.2021.003050.

É o breve relatório. Decido.

A curatela provisória é medida que merece bastante ponderação por implicar, numa cognição sumária, em subtrair do indivíduo interdito a plena capacidade de administrar seus bens e renda.

Nesta ordem de ideias, apenas quando restar evidenciado elementos seguros de que o(a) interditando(a) é portador(a) de deficiência mental, intelectual, sensorial ou física com comprometimento de seu discernimento e/ou vontade, havendo, ainda, relevância e urgência na adoção da medida, com vistas a proteção de seus interesses, é que pode ser deferida a curatela provisória.

Vejamos estas jurisprudências:



“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. CURADOR PROVISÓRIO. NOMEAÇÃO. POSSIBILIDADE. Verificada a verossimilhança das alegações da parte agravante, somada ao prejuízo de dano de difícil reparação, merece deferida a medida liminar, qual seja, de nomeação de curador provisório, a fim de salvaguardar os interesses da interditanda. Agravo de instrumento provido” (Agravo de Instrumento Nº 70067838003, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Julgado em 24/02/2016).

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NOMEAÇÃO DE CURADOR PROVISÓRIO. POSSIBILIDADE. 1. Deve-se admitir a nomeação de curador provisório, ainda que em sede de liminar, sobretudo nas hipóteses em que os efeitos da medida liminar se reverterem em proveito do interditando. 2. No caso em análise, considerando que a curatela provisória tem o condão de garantir ao interditando a permanência no tratamento psiquiátrico, afigura-se razoável a nomeação da ora agravante como curadora temporária. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido” (Acórdão n. 815234, 20140020072637AGI, Relator: NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, TJDF, Data de Julgamento: 20/08/2014, Publicado no DJE: 01/09/2014. Pág.: 183).

Consoante declaração médica reunida ao caderno processual o(a) interditando(a) é *“portador de doença Alzheimer... totalmente dependente dos cuidados dos familiares...”*, informação apta a identificar, ao menos em caráter preliminar, condição incapacitante para a prática de atos de natureza administrativa e negocial.

Demonstrada sumariamente a incapacidade do(a) interditando(a) para gerir seus/suas bens/rendas, sendo indispensável o auxílio na administração de seu benefício previdenciário/assistencial, a curatela provisória é providência que se impõe como forma de protegê-lo(a), proporcionando-lhe a necessária assistência para garantia de seus direitos.

Já para a definição de quem exercerá a curatela deve ser observado o disposto no art. 1775 e parágrafos do CC, sem perder de vista o maior interesse do(a) incapaz, de modo que sendo a pessoa indicada, filho(a) do(a) interditando(a), quem melhor se empenha com este(a), conforme demonstrado em estudo psicossocial, e tendo demonstrado interesse na sua proteção, sem que se tenha informação de qualquer outro parente apto e interessado no exercício do múnus deve a ele(a) ser conferida a curatela provisória.

Por fim, registre-se que a medida não é irreversível, possui caráter precário e pode ser revista a qualquer tempo.

Ante o exposto, defiro a antecipação de tutela e confiro a Francisca Márcia Costa a curatela provisória de Raimundo Wanderely da Costa, restrita a questões de natureza patrimonial e negocial (art. 85 *caput* c/c art. 87 da Lei 13.146/2015).

Lavre-se o termo de compromisso.

Inscreve-se a decisão no Livro “E” do cartório do registro civil desta comarca, servindo para tanto via da presente decisão, chancelada pelo cartório, com dispensa de mandado (Certidão de Casamento nº. 7043, fl. 249v, Livro 39-B, Cartório de Registro Civil de Sousa/PB).



Designo audiência de entrevista do(a) interditando(a) para o **dia 15 de março de 2022** pelas **08:20 horas**.

Cite-se o(a) interditando(a), constando do mandado que o(a) mesmo(a) poderá impugnar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias a contar da audiência acima designada, através de advogado.

Certifique o cartório se constam outras ações ativas e/ou arquivadas de interdição em face do(a) interditando(a).

Intimem-se o(a) Ministério Público e o(a) curador(a) provisório(a).

Sousa-PB, 23 de novembro de 2021.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

INTERDIÇÃO (58) 0806023-54.2021.8.15.0371

DECISÃO

Vistos, etc.

Com base na Resolução TJPB nº 09/2017 nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos.

Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022.

Requisite-se a reserva orçamentária ao TJPB.

Com a reserva orçamentária agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a).

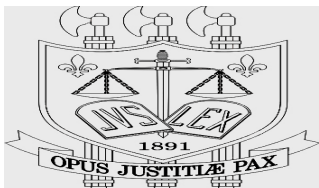
Disponibilizado o laudo pelo perito, requirite-se ao TJPB o pagamento dos honorários periciais.

Sousa-PB, 18 de maio de 2023.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz(a) de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID , venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0806023-54.2021.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA**, CPF/CNPJ: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA(09.284.001/0001-80);**

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA**, CPF/CNPJ: **xxx.xxx.xxx-xx**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**x**) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (**X**) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, N° 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:



1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 19 de maio de 2023

| | |
|---|---|
| <p>MARIA DE FATIMA SILVA Analista/Técnico Judiciário Judiciário Assinatura eletrônica</p> | <p>Bernardo Antonio da Silva Lacerda Juiz de Direito 3ª Vara Mista de Sousa Assinatura eletrônica</p> |
|---|---|





Número: **0806023-54.2021.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **08/11/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.100,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|--------------------------|
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE) | | | |
| RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA (REQUERIDO) | | MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO) | |
| FRANCISCA MARCIA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 50996227 | 08/11/2021 12:43 | 046.2021.003050 -Acao de interdicao | Documento de Comprovação |



Ministério Público do Estado da Paraíba
3ª Promotoria de Justiça de Sousa – PB

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA
COMARCA DE SOUSA/PB.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**, representado pela 3ª Promotora de Justiça de Sousa, vem, perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 127, caput, e 129, ambos da Constituição Federal, propor a presente

**AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA c/c PEDIDO DE TUTELA
ANTECIPADA**

Em face de **RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA**, brasileiro, casado, portador de Identidade nº 1709791 SSDS/PB e inscrito no CPF sob o nº 0597.60.904-78, residente e domiciliado no Sítio Mata Fresca, Santa Cruz/PB.

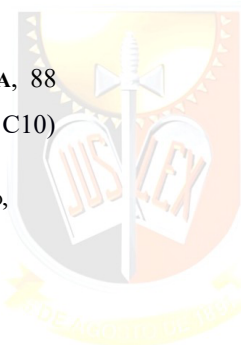
Em favor de **FRANCISCA MÁRCIA COSTA**, brasileira, portadora de Identidade nº SSDS/PB e inscrita no CPF sob nº 039.693.134-06, residente e domiciliada no Conjunto Maria das Neves, Santa Cruz/PB.

pelos fundamentos fáticos e jurídicos que ora passa a expor:

I – Dos Fatos

Inicialmente, esclarece-se que o Sr. **RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA**, 88 anos de idade, é pessoa acometida por neoplasia maligna da orofaringe (CID 10 – C10)

ENDEREÇO: Rua Haroldo Nazaré, s/n – Edifício Antônio Mariz – Gato Preto,
Sousa/PB – CEP: 58.809.005
TELEFONE: 3521-2312



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

ALISSON BARRETO FERNANDES

Data nascimento: *

23/06/1982

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

046.443.074-75

Identidade: *

2648967_____

Órgão: *

SSDSPB

INSS/PIS/PASEP: *

21290632482

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

NUBIA BARRETO FERNANDES

Nome do pai:

MANOEL FRANCISCO FERNANDES

Email: *

alissonparaiba@hotmail.com

Telefone: *



(83) 99942-4834

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

Pombal

Profissão *

| Profissão | Área de Atuação | Nº Registro | Opções |
|-----------|-----------------|-------------|---|
| Médico | PSIQUIATRIA | 7218PB |   |

Adicionar profissão

Endereço *

CEP

58840-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Pombal

Bairro 

Centro

Logradouro *

RUA JOSÉ AVELINO QUEIROGA


Número * 

517

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

| Arquivo | Remover |
|---------------------------|---|
| DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO |  |

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

05215_____

Conta: *

643335_____

Tipo conta: *

Corrente

Gravar cadastro



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.081.485

Requerente: 3a Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Trata-se de requisição de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (Trezentos e setenta reais), em favor do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação nº 0806023-54.2021.8.15.0371, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, em face de RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA, CPF 0597.60.904-78, perante a 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, que teve os valores do anexo I atualizados pelo Ato da Presidência nº 43/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 21 de Setembro de 2022, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No art. 4º, § 1º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Como se vê o valor arbitrado não ultrapassa o limite fixado no anexo da Resolução nº 09/2017.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Alisson Barreto Fernandes, encontra-se em situação de ativo.

Assim, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhe-se os autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor solicitado de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação nº 0806023-54.2021.8.15.0371, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, em face de RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA, CPF 0597.60.904-78, perante a 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários arbitrados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo respectivo em cartório e subsequente pedido de pagamento da perícia realizada.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 22 de Maio de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: **0806023-54.2021.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **08/11/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.100,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | | Procurador/Terceiro vinculado |
|--|--------------------|------------------------------|---|
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE) | | | |
| RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA (REQUERIDO) | | | MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO) |
| FRANCISCA MARCIA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 73600049 | 22/05/2023 09:43 | Comunicações | Comunicações |

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.081.485 - referente a requisição de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (Trezentos e setenta reais), em favor do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo nº 2023.081.485

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Assunto: Honorários periciais nos autos da Ação N. 0806023-54.2021.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00– valor arbitrado nos termos de fls. 08

Informação Orçamentária

Atendendo despacho anterior, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação poderá, a critério da Direção Superior desta Corte de Justiça, após os procedimentos administrativos que se fizerem necessários, ocorrer por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI nº 12.561 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023**, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:

| Unidade Orçamentária | Função | Subfunção | Programa | Projeto/Atividade | Natureza da Despesa | Fonte de Recurso |
|----------------------|--------|-----------|----------|---------------------------------------|---|------------------|
| 05.901 | 02 | 122 | 5046 | 4892 – Manut. de Serv. Adm. – 1º Grau | 33.90.36 – Serv. de Terc. Pessoa Física | 760 |
| 05.901 | 02 | 122 | 5046 | 4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau | 33.90.47 – Obrig. Contributivas. | 760 |

* Reservas nºs. 421 e 422

GEORC, em João Pessoa, 23 de maio de 2023

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.081.485

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

À Gerência de Programação Orçamentária para atualizar informação de fl. 18, relativamente à reserva orçamentária para o corrente exercício.

Gabinete do Diretor Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 08 de janeiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo nº 2023.081.485

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Assunto: Honorários periciais nos autos da Ação N. 0806023-54.2021.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00– valor arbitrado nos termos de fls. 08 .

Informação Orçamentária

Trata os presentes autos acerca da solicitação de pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico determinada nos atos do processo: **0806023-54.2021.8.15.0371.**

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI Nº 13.041, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

| Unidade Orçamentária | Função | Subfunção | Programa | Projeto/Atividade | Natureza da Despesa | Fonte de Recurso |
|----------------------|--------|-----------|----------|---------------------------------------|--|------------------|
| 05.901 | 02 | 122 | 5046 | 4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau | 33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física | 760 |
| 05.901 | 02 | 122 | 5046 | 4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau | 33.90.47 – Obrig. Contributivas | 760 |

*Reservas n.º 15 e 17

GEORC, em João Pessoa, 22 de janeiro de 2024

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



03/07/2024

Número: **0806023-54.2021.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **08/11/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.100,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|----------------|
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE) | | | |
| RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA (REQUERIDO) | | MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO) | |
| FRANCISCA MARCIA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 92915824 | 01/07/2024 12:13 | 0806023-54.2021.8.15.0371-LAUDO PERICIAL | Laudo Pericial |



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE SOUSA - JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA

(Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Bairro Raquel Gadelha, telefone: (083) 99143-3318 – e-mail: sou-vmis03@tjpb.jus.br)

TERMO DE COMPROMISSO

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exmº Dr. Agílio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição da 3ª Vara, comigo Técnico Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o Dr(s) DR. Alisson Barreto Fernandes, Psiquiatra, CRM – PB 7218, exercendo atividades nesta Cidade na Clínica Bom Jesus, a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO nos autos da Ação de Interdição, Proc. Nº 0806023-54.2021.8.15.0371, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado. Eu, José Rildo de Figueiredo, Técnico Judiciário, o digitei.

Agílio Tomaz Marques

Juiz de Direito em substituição

28/06/24

Dr Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 ROE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 23/05/2024 08:54:49
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052308544977500000085405305>
Número do documento: 24052308544977500000085405305

Num. 90898907 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 01/07/2024 12:13:33
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24070112133305600000087266967>
Número do documento: 24070112133305600000087266967

Num. 92915824 - Pág. 1

PSIQUIATRA

(CRM) -

PROCESSO Nº 0806023-54.2021.8.15.0371 - AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO - curadora provisória: FRANCISCA MARCIA COSTA

INTERDITANDO(A): RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

MÉDICO NOMEADO: DR. Alisson Barreto Fernandes

R.G: 1.709.791

CPF: 059.760.904-78

QUESITOS

INTERDITANDO(A):

RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA
91 ANOS

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE?

R:

Sim, é portador de deficiência
INTELLECTUAL ADQUIRIDA POR DEMÊNCIA
POR DOENÇA DE ALZHEIMER, CID-10: F00.1

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 RQE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria

Num. 90898907 - Pág.



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 23/05/2024 08:54:49
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052308544977500000085405305>
Número do documento: 24052308544977500000085405305



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 01/07/2024 12:13:33
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24070112133305600000087266967>
Número do documento: 24070112133305600000087266967

Num. 92915824 - Pág. 2

R: NÃO HÁ DEFICIÊNCIA VISUAL. HÁ
INCAPACIDADE PARA DEAMBULAR EM
FUNÇÃO DA DOENÇA DE ALZHEIMER AVANÇADA.

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HÁ DEFICIÊNCIA SENSORIAL.

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HÁ DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ADQUIRIDA
SECUNDÁRIA À DEMÊNCIA NA DOENÇA DE
ALZHEIMER E - ESTADO AVANÇADO.

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: TRATA-SE DE DEMÊNCIA NA DOENÇA DE
ALZHEIMER EM GRAU AVANÇADO. CID-10: F00.1

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: A DEFICIÊNCIA EM QUESTÃO É MUITO
GRAVE, PELA QUADRO EM ESTADO AVANÇADO.

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: SIM, HÁ TOTAL COMPROMETIMENTO DA COM-
PRENSÃO DA EXPRESSÃO DA VONTADE E DO DISCER-
NIMENTO, C/ TOTAL INCAPACIDADE PARA PATRIMÔNIO OR-

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

R: O PERÍCIANDO APRESENTA INCAPACIDADE TOTAL,
NÃO FALA, NÃO SE SENTA, NÃO DEAMBULA E
TOTALMENTE DEPENDENTE E INCAPAZ.

28/06/24

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 RQE 6533

Membro Titular da Associação Brasileira de Peritos em Saúde Mental

90898907 - Pág. 3

Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 23/05/2024 08:54:49

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052308544977500000085405305>

Número do documento: 24052308544977500000085405305

Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 01/07/2024 12:13:33

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24070112133305600000087266967>

Número do documento: 24070112133305600000087266967

Num. 92915824 - Pág. 3

Sousa, 28/06/24

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

28/06/24

Dr. Anisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 RQE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 23/05/2024 08:54:49
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052308544977500000085405305>
Número do documento: 24052308544977500000085405305

Num. 90898907 - Pág.



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 01/07/2024 12:13:33
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24070112133305600000087266967>
Número do documento: 24070112133305600000087266967

Num. 92915824 - Pág. 4



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.081.485

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico Psiquiatra

Tratam os presentes autos, neste momento, de pagamento de honorários, arbitrados no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0806023-54.2021.8.15.0371, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, em face de RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA, CPF 0597.60.904-78, perante a 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada reserva orçamentária, para o corrente exercício, conforme faz certo a informação de fl. 20 foi trazido para os presentes autos, por esta Diretoria, o Laudo pericial de fls. 21/25.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF

046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482, inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0806023-54.2021.8.15.0371, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, em face de RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA, CPF 0597.60.904-78, perante a 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/64, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 03 de julho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0806023-54.2021.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **08/11/2021**
Valor da causa: **R\$ 1.100,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|---|--------------|
| MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (REQUERENTE) | | | | |
| RAIMUNDO VANDERLEY DA COSTA (REQUERIDO) | | | MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO) | |
| FRANCISCA MARCIA COSTA (TERCEIRO INTERESSADO) | | | | |
| Documentos | | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | | Tipo |
| 93063919 | 03/07/2024 11:38 | honorários periciais. autorização da despesa | | Comunicações |